

LEIS E LÍNGUAS NO BRASIL: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O PAPEL DO INTELLECTUAL

Luiz Felipe Andrade
(UERJ)

MORELLO, Rosângela (org.). *Leis e Línguas no Brasil. O processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL, 2015.

Em entrevista de 1972, dada junto a Deleuze, Foucault afirmou que o papel do intelectual não seria mais aquele do observador passivo, que se coloca à certa distância de seu objeto “para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso” (FOUCAULT, 2012, p.38). Um justo testemunho desse posicionamento ativo do intelectual da área de Letras é-nos oferecido no livro *Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*, organizado por Rosângela Morello e publicado pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL).

Fundado em 1999, o IPOL é uma instituição que congrega profissionais de diversas áreas com o objetivo de desenvolver “projetos de apoio técnico às comunidades de falantes de línguas e variedades linguísticas minoritárias do Brasil e do Mercosul, no sentido de manutenção e promoção da diversidade linguística brasileira” (IPOL, 2016). Assim, ao falar sobre o processo de cooficialização de línguas brasileiras, o livro, organizado pela coordenadora geral do instituto, acaba por ser também uma história da participação deste nas conquistas jurídicas que algumas línguas obtiveram a partir de 2002, ano de cooficialização do nheengatu, do baniwa e do tukano no município de São Gabriel da Cachoeira – AM.

Os dez capítulos que compõem a obra apresentam-nos textos com dados históricos e geográficos sobre os municípios plurilíngues do território brasileiro, que emolduram a coletânea de textos legislativos (leis, projetos de lei, pareceres e atas) fundamentais para a compreensão da história do processo de cooficialização de línguas no país. Ao fazê-lo, o livro propõe-se a oferecer “ao leitor uma compreensão multifacetada e articulada do processo” (p.11), ao mesmo tempo em que disponibiliza docu-

mentos e informações importantes para o desenvolvimento de pesquisas na área de História das Ideias Linguísticas e de Políticas Linguísticas. A seguir, apresentaremos esses capítulos a partir de um critério temático-organizacional e não sequencial.

Os seus oito primeiros capítulos dedicam-se à apresentação de leis e de informações acerca da cooficialização de línguas em âmbito municipal. Conhecem-se, assim, os trâmites que permitem a um município multilíngue, isto é, “onde convivem duas ou mais línguas” (p.10), tornar-se um município plurilíngue, em que se reconhecem juridicamente essas línguas. No primeiro capítulo, é apresentado o “marco na instituição dessa política em território brasileiro” (p.10): o caso de São Gabriel de Cachoeira, onde a lei sobre a cooficialização das três línguas indígenas – Lei nº 145 de 11 de dezembro de 2002 (p.15) – foi elaborada a partir de um projeto do IPOL.

A partir desse caso, vai-se construindo, por meio da organização dos capítulos, uma teia de relações que funciona não apenas como um modo de historiar os processos que permitiram o reconhecimento legal de línguas diversas do português, mas também como uma apresentação modelar dos procedimentos para a cooficialização em âmbito municipal. De autoria de Evandro José Morello, assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o capítulo 3 apresenta-nos a fundamentação jurídica para a cooficialização da língua pomerana em Santa Maria do Jetibá – ES. Os capítulos subsequentes, apresentados pela organizadora, trazem as leis municipais dos seis municípios brasileiros que oficializaram a língua pomerana ao lado do português (cap.4) e o seu percurso jurídico, desde a ata de uma audiência pública até a lei que cooficializa o talian (vêneto-brasileiro) em Serafina Corrêa e em Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul (cap.5). Também o capítulo 6 vai apresentar uma compilação de leis e justificativas de lei em outros municípios do país que cooficializaram algum idioma e que contaram com o auxílio do IPOL.

O livro fica-nos devendo, das dezesseis leis municipais de cooficialização de línguas, apenas as leis de cooficialização das línguas hunsrückisch, em Santa Maria do Herval – RS, e akwê xerente, em Tocantínia – TO. Trata-se, assim, de uma empreitada louvável de construção de um arquivo, no sentido em que a palavra ‘arquivo’ é tomada pela Análise do Discurso Francesa, ou seja, como “discurso documental, memória institucionalizada” (ORLANDI, 2002, p.11). Isso salienta a cooperação entre

a instituição acadêmica (representada aqui pelo IPOL) e as comunidades linguísticas para a resolução de impasses relativos à política de idiomas no país. O segundo capítulo da obra, “A cooficialização de línguas em nível municipal no Brasil”, escrito pelo linguista Gilvan Müller de Oliveira, um dos fundadores do instituto que edita o volume, apresenta não apenas a discussão que serve de embasamento à política de reconhecimento oficial das línguas brasileiras como também os trâmites e requisitos necessários à cooficialização.

Ainda nessa vertente, encontram-se os capítulos sétimo, de autoria de Rosângela Morello, e oitavo, de Ana Paula Seiffert. Morello aborda os procedimentos jurídicos que permitem aos municípios a cooficialização de línguas de imigração, a despeito de a Constituição Federal considerar como única língua oficial o português e de apontar para a importância das línguas indígenas. Já Seiffert explicita de forma mais detalhada os tipos de levantamento linguístico necessários à elaboração de projetos de cooficialização.

Os dois últimos capítulos da obra tratam não mais de leis municipais e municípios plurilíngues, mas da cooficialização em âmbito nacional. No capítulo 9, de autoria de Bruna Clemêncio Neves, a reprodução da chamada Lei de LIBRAS (Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002) é introduzida por algumas informações históricas e alguns dados que dizem respeito à educação de surdos e às políticas de inclusão. Já o décimo capítulo reproduz o decreto presidencial que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) como instrumento oficial de identificação, reconhecimento e valorização das línguas faladas no país, ligado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim, o capítulo também apresenta outros documentos legais que patrimonializam línguas como bens culturais.

Destaca-se ainda o projeto gráfico do volume, amplamente ilustrado, em que a integração dos textos coletados, dos textos informativos e dos “intertextos”, com que a organizadora costura os capítulos, é de fácil manejo pelo leitor.

Organizado dessa maneira, *Leis e línguas no Brasil* não é apenas uma compilação de dados e documentos de grande interesse àqueles que se interessam pela história das políticas linguísticas relacionadas ao multilinguismo do país, mas também uma importante ferramenta. Foucault, com quem abrimos essa resenha, não apenas enfatiza a importância da atuação combativa do intelectual, como também se refere à teoria como

uma ferramenta – e, nesse caso, uma ferramenta que pode propiciar a cooficialização, em âmbito municipal, de uma série de outras línguas consideradas minoritárias do ponto de vista da União. Afinal, estamos tratando de um país em que se estima que se falem mais de trezentas línguas, de acordo com o Censo 2010.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder (entrevista com G. Deleuze; 4 de março de 1972). In: _____. **Ditos e escritos**, vol. IV: estratégia, poder-saber. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p.36-45.

IPOL – **Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<<http://e-ipol.org/>>> Acesso em: 13 jan. 2016.

ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

Recebido em: 29 de janeiro de 2016

Aceito em: 04 de abril de 2016